

EDITORIAL

Ed. Vol. 3, Núm. 5 #2016

A Revista Culturas Jurídicas, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC-UFF), vem apresentar à comunidade acadêmica, com grande entusiasmo, o seu quinto número, adotando a linha editorial *direitos humanos*.

Destacamos, no presente número, a perene internacionalização do periódico, que tem buscado cada vez mais publicar textos de autores estrangeiros em formato bilíngue, para que dialoguemos de maneira mais ampla com colegas de outros países, e que, de forma recíproca, o conhecimento gerado pelos pesquisadores que atuam no Brasil também fique acessível a um público mais abrangente, assim impulsionando o conhecimento e a ciência, e ampliando o direcionamento da Revista Culturas Jurídicas.

No curso da linha supramencionada, os trabalhos que integram este quinto número da RCJ investigam questões hodiernas sob o prisma dos direitos humanos e, sob uma perspectiva crítica, os avaliam através de um enfoque que procura verificar sua adequação a determinadas teorias e realidades, distintas das discussões habituais no Brasil sobre a temática.

Inicialmente, em uma linha temática sobre direitos humanos e o continente africano, o professor sul-africano Anthony O. Oyowe, da *University of the Western Cape* (África do Sul), sustenta a incompatibilidade da teoria moral *Ubuntu* africana servir de pedra fundamental para a liberdade individual e os direitos humanos, em uma visão crítica da teoria do professor norte-americano Thaddeus Metz, da *University of Johannesburg* (África do Sul).

A seguir, em texto da sua autoria, o próprio Metz enfrenta as objeções à utilização da teoria moral *Ubuntu*, que a consideram inapropriada para a moralidade pública na África do Sul; o autor vem defender robustamente que a interpretação jurisprudencial do *Ubuntu* oferece uma ampla gama de direitos humanos intuitivos e fornece orientações para resolver disputas atuais sobre a justiça, não sendo suficientes as preocupações em relação à imprecisão, ao coletivismo e ao anacronismo para impossibilitar o pensamento de que o *Ubuntu* pode fundamentar uma moralidade pública.

Ambos os textos dos autores estrangeiros foram traduzidos do original em inglês para o português e são publicados com ineditismo, nos dois idiomas, neste número da RCJ.

Encerrando essa linha temática, Amélia Rossi e André Demetrio analisam o direito da integração nos processos regionais africanos com vistas à analisar a arquitetura de paz e

respeitos aos direitos humanos no continente, e se isto pode se realizar através da consolidação do bloco da União Africana. Esse exame se dá por meio da investigação dos instrumentos utilizados pelo Conselho de Paz e Segurança da União Africana, no período entre 2010 e 2013.

Em um segundo bloco, no qual se procura analisar políticas públicas e a atuação do Estado sob os parâmetros dos direitos humanos, Dieyne Pantalião Sydney e Ivana Nobre Bertolazo tratam da internação psiquiátrica compulsória, prevista na Lei nº 10.216 de 06 de Abril de 2001, defendendo que esta nada mais é que um ato jurídico estritamente excepcional e interdisciplinar e que só deve ser aplicada tal medida de forma justa e adequada, e não indiscriminadamente diante de todo e qualquer usuário.

Também nesta esteira, Igor Beltrão Castro discorre sobre a doutrina do estado de coisas inconstitucional, adotada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das medidas cautelares na ADPF 347/DF, que versa sobre o sistema penitenciário brasileiro. O autor busca traçar a genealogia latinoamericana do instituto, e procura indicar um caminho alternativo para a efetivação jurisdicional dos direitos fundamentais no país, sem deixar de apontar os riscos ao uso dessa doutrina pela Corte Constitucional.

Em relação com o tema de política criminal, Marta Rodriguez de Assis Machado, Maira Rocha Machado e Luisa Moraes de Abreu Ferreira apresentam trabalho sobre o Massacre do Carandiru. As autoras sustentam, em um exercício teórico-dogmático que busca a construção de uma política pública de responsabilização em caso de violações de direitos humanos, que seria possível a responsabilização do Governador e do Secretário de Segurança pela morte dos 111 cidadãos em privação de liberdade à época da ocorrência, em 02 de Outubro de 1992.

Ao fim deste segundo bloco, Aliny Rodrigues Miranda e Alexandre Melo Franco de Moraes Bahia expõem trabalho que versa sobre o direito à alimentação – através da merenda escolar – como indispensável meio de efetivação do direito à educação. Os autores sustentam a negligência dos poderes eleitos sobre o tema, e que há uma “judicialização da educação” em razão disso, causando a interferência do Judiciário nesse tipo de política pública.

Em um terceiro bloco de artigos, tratando de maneira específica sobre o caráter da universalidade dos direitos humanos, Márcio Ricardo Staffen e Leandro Caletti indagam se a universalidade constitui, de fato, meio eficaz à proteção efetiva da dignidade das pessoas em todos os pontos do mundo, empenhando-se para, nesse processo, atualizar o critério da universalidade de forma dialógica e multicultural.

Por fim, o texto bilíngue - original em italiano traduzido para o português para publicação na RCJ - de Leilane Serratine Grubba, em parceria com a italiana Chiara Antonia Sofia Mafrica Biazi, em uma linha de questionamento similar e sob a ótica de Pier Paolo Pasolini, sustentam que o modelo de homogeneização imposto pelos direitos humanos no pós-guerra gera a exclusão concreta de determinadas pessoas do acesso aos direitos universalmente reconhecidos, ao fazer distinções entre os seres humanos que têm e os que não têm acesso efetivo aos bens garantidos pelos direitos humanos.

Na Seção *Entrevistas*, trazemos colóquio com o Professor Adjunto de Direito Penal e Criminologia da Faculdade Nacional de Direito, Salo de Carvalho. Nesse diálogo, o docente discorre principalmente sobre política criminal na conjuntura dos últimos anos na América Latina, analisando também algumas decisões polêmicas do Supremo Tribunal Federal. Ressalta-se a mudança de eixo do Judiciário, que, de acordo com o convidado, passou a incorporar um populismo punitivista irracional em razão de sua relação com a mídia.

Na Seção *Resenhas* deste número, apresentamos seis cômputos críticos de recentes e relevantes obras, todas produzidas por graduandos em Direito pela Universidade Federal Fluminense: (i) Larissa do Nascimento Oliveira, Rochanne de Miranda Correa e Vitoria Maria Fernandez Rodriguez abordam o livro “A Legalização da Classe Operária”, de Bernard Edelman; (ii) Isabela Cardoso Bahé, Pedro Moreira Alonso e Yuri da Costa Campos Ferreira analisaram o livro “A Luta de Classes: uma história política e filosófica”, de Domenico Losurdo; (iii) Alice Rocha de Souza, Camilla de Brito Mendonça, Lorena Novis Brandão Cotrim Peclat e Melissa Moreira da Silva examinaram a obra “A Nova Razão do Mundo”, de Pierre Dardot e Christian Laval; (iv) Elenice Muniz Machado Coelho estudou o livro “Megaeventos e Produção do Espaço Urbano”, de Fábio Silveira Molina; (v) Letícia Machado, Lucas Souza e Pedro Khauaja comentaram o texto “Teoria Materialista do Estado”, de Joaquim Hirsch; e, por fim, (vi) Ana Clara dos Santos Lima Peixoto, Marize Figueira de Souza, Juliana Venâncio Cardozo, Thábata Ribeiro Coelho, Thaís Jeronimo Vidal dissecaram o livro “Guerra dos Lugares: a Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças”, de Raquel Rolnik.

Na Seção *Comentário Legislativo*, Larissa Clare Pochmann da Silva, doutoranda em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), esmiúça o instituto do *amicus curiae* no novo Código de Processo Civil de 2015, analisando a redação do art. 138 do documento, para destacar que traz-se para o diploma processual previsões que antes constavam em leis esparsas, auxiliando na sistematização do tema. A autora conclui que isso seja capaz de ampliar, em todas as instâncias do Poder Judiciário, a legitimidade dos debates, mas atenta

para o fato de que o legislador pode ter ampliado a legitimidade recursal do *amicus curiae* no CPC/2015 devido a seu próprio interesse institucional.

Finalmente, na Seção *Resumos* expomos os resumos de dissertações de Mestrado da turma de 2014 do PPGDC/UFF, defendidas no ano de 2016. São os trabalhos de Ana Beatriz Oliveira (PPGDC/UFF), que trata da questão “Democracia e espaço urbano: A dinâmica do direito à cidade em Juiz de Fora/MG”, Fernando Guilherme de Oliveira Guimarães (PPGDC/UFF), abordando “Das causas do processo inquisitorial contra o Padre Antônio Vieira: Direito e Profecia no séx XVII”, Gabriel Barbosa Gomes de Oliveira Filho (PPGDC/UFF), com a dissertação “O Estado plurinacional da Bolívia: As garantias fundamentais à autonomia e ao autogoverno das autoridades indígenas originárias campesinas”, Joyce Abreu de Lira (PPGDC/UFF), com a temática “A (in)segurança alimentar no Brasil: o controle jurisdicional da política pública”, Juliana Pessôa Mulatinho (PPGDC/UFF), que investiga “Os (des)caminhos da cidadania no Brasil: A Constituição entre o neoliberalismo e neodesenvolvimentismo”, Kelly Ribeiro Felix de Souza (PPGDC/UFF), cujo tema é “Direitos Humanos para humanos direitos”: autos de resistência e estado de exceção permanente no Estado do Rio de Janeiro”, Laíze Gabriela Benevides Pinheiro (PPGDC/UFF), com o trabalho “O Ocupa Borel e a Militarização da Vida: violações de direitos humanos em uma favela militarmente ocupada”, Marcela Munch (PPGDC/UFF), que analisa a “Vila Autódromo, um território em disputa: A luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes”, Natália Silveira Alves (PPGDC/UFF), que examina “Os efeitos expansivos do controle difuso de constitucionalidade realizado pelo STF e a busca por decisões isonômicas para a tutela efetiva de direitos”, Wingler Alves Pereira (PPGDC/UFF), com o estudo “O dilema do imaginário constitucional brasileiro: *tupi or not tupi*”.

Afinal, só nos resta gratificar e homenagear os autores que grandemente nos felicitam com aportes tão únicos e significativos para o campo, e para o engrandecimento desta revista. Logo, sob bons auspícios e com grande prazer, publicamos o presente volume, que decerto apresenta ao público interessado contribuições substantivas, que, sem dúvida, provocarão notáveis considerações. Ademais, lembramos que a RCJ mantém seu espaço aberto para o recebimento de trabalhos empenhados em fortalecer a dialética entre as diversas culturas jurídicas.

Niterói, 19 de Novembro de 2016.

Prof. Dr. Enzo Bello

Editor-Chefe da RCJ

Mestranda Kelly Felix

Editora-Assistente da RCJ

Mestrando Guilherme Candeloro Ribeiro

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Leonardo Rezende Cecilio

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Matheus Farinhas de Oliveira

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Matheus Meott Silvestre

Editor-Assistente da RCJ

Mestrando Paulo José Pereira Carneiro Torres da Silva

Editor-Assistente da RCJ

Graduanda Anna Terra Pereira Basso

Estagiária

Graduanda Carolina Nobre de Castro Henrique

Estagiária

Graduando Isaac Marsico do Couto Bemerguy

Estagiário

Graduanda Maria Clara Cosati

Estagiária